



Ementas

2º Semestre de 2016



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
Disciplina:	Filosofia do Direito I - A Concepção Clássica de Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina visa compreender o conceito de justiça desde a antiguidade até a modernidade com grande repercussão na era Contemporânea. Trata-se de um estudo dos fluxos e influxos do pensamento filosófico. Não prescindiremos da perspectiva histórica (não linear) e estrutural. Por conta disso, os autores serão estudados em seu contexto histórico-cultural o que facilitará a compreensão de suas propostas sobre a Justiça e o Direito. Em Seminários realizados, pelos alunos, com a assistência do Professor, se procederá à análise estrutural das obras mais significativas dos principais expoentes das diversas correntes jusfilosóficas que se sucedem numa incessante dialética entre o Direito posto e o ideal do Justo.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico. Tradução de Marcio Pugliesi. São Paulo, Editora Ícone, 1999.

De Cicco, Cláudio. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 2013, 7ª edição revista.

GOYARD-FABRE, Simone. Os Fundamentos da Ordem Jurídica. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 2011, 20ª edição, 9ª tiragem.

VILLEY, Michel. A Formação do Pensamento Jurídico Moderno. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2009, 2ª edição.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Antônio Carlos da Ponte
Disciplina:	Códigos Penais que tiveram vigência no Brasil e evolução constitucional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina tem como finalidade proceder ao estudo da evolução histórica do Direito Penal à luz das Constituições brasileiras, permitindo, assim, a avaliação crítica da Ciência Penal e seu papel em um Estado Social e Democrático de Direito. Serão analisadas as Ordenações Afonsinas, Manuelinas, o Código de D. Sebastião, Ordenações Filipinas, Código Criminal do Império, Código Penal Republicano, Consolidação das Leis Penais de Vicente Piragibe, Projeto Alcântara Machado, Código Penal de 1940, Código Penal de 1969 (Código Hungria) e Lei nº 7.209/84. Sem prejuízo, as Constituições Federais de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988 serão estudadas.

Bibliografia Básica:

CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. Constituição e Crime - Uma Perspectiva da Criminalização e da Descriminalização. Porto, Universidade Católica Portuguesa, Editora Porto, 1995.

FELDENS, Luciano. A Constituição Penal - A dupla face da proporcionalidade no controle de normas penais. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2005.

HASSEMER, Winfried. Introdução aos fundamentos do Direito Penal (Einführung in die Grundlagen des Strafrechts). Trad. Pablo Rodrigo Alflen da Silva. Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris, 2005.

----- Direito Penal Libertário. Trad. Regina Greve. Belo Horizonte, Del Rey, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

----- Características e crises do moderno Direito Penal. In: Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal. Porto Alegre, ano III, nº 18, fev./mar., 2003, p. 144-157.

----- O sistema do Direito e a codificação - A vinculação do juiz à lei. In: Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. Trad. Peter Walter Ashton. Porto Alegre, ano XIII, nº 36, mar., 1986, p. 180-197.

----- Segurança Pública no Estado de Direito. In: Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ano XXI, nº 62, nov., 1994, p. 152-172.

PIERANGELLI, José Henrique. Código Penais do Brasil - Evolução histórica. Bauru, Jalovi, 1980

PONTE, Antonio Carlos da. Inimputabilidade e Processo Penal. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 2012.

----- Crimes Eleitorais. São Paulo, Saraiva, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Antônio Márcio da Cunha Guimarães
Disciplina:	Direito do Comércio Internacional - A Nova Lex Mercatoria - Desenvolvimento Econômico e Social
Núcleo de Pesquisa:	Direito das Relações Econômicas Internacionais
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina Direito do Comércio Internacional propiciará aos seus estudantes o aprofundamento nas questões ligadas ao comércio internacional atual, globalizado, dinâmico, moderno e altamente competitivo. Estudaremos os diversos mecanismos à disposição, tanto dos empresários do comércio internacional (- proteção a propriedade industrial, concorrência desleal, etc.), quanto dos próprios países, que interessados em proteger suas exportações e conseqüentemente o fluxo de ingresso de capitais ativando suas economias internas podem se valer, tais como a própria O.M.C., arbitragem internacional, Incoterms da C.C.I. de Paris, entre outros igualmente importantes. O estudo do comércio internacional é relevante na medida em que promove o Desenvolvimento Econômico do país, possibilitando também o seu Desenvolvimento Social e a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Bibliografia Básica:

GUIMARÃES, Antônio Márcio da Cunha. Contratos Internacionais de Seguros, São Paulo, RT, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Márcio da Cunha. Manual de Direito Internacional - OAB Doutrina, São Paulo, Campus Elsevier, 2009.

MAROTTA, Vicente Rangel. Direito e Relações Internacionais, São Paulo, RT, 7ª ed., 2002.

STRENGER, Irineu. Direito Internacional Privado. São Paulo, Ltr, 5ª ed., 2003.

STRENGER, Irineu. Direito do Comércio Internacional e Lex Mercatoria. São Paulo, Ltr, 1996.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Arlete Inês Aurelli, Anselmo Prieto Alvarez e João Batista Lopes
Disciplina:	Admissibilidade nas Diversas Formas de Tutela Jurisdicional com Ênfase no Novo CPC
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3º feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Nesse curso, desenvolveremos os seguintes temas em sala de aula:

1. Tutela jurisdicional, Ação, Processo e Procedimento: visão dos conceitos à luz do novo CPC; Função social da jurisdição e do processo. Direito fundamental de ação como direito à duração razoável do processo
2. requisitos de admissibilidade indispensáveis em todos os tipos de tutela: condições de ação e pressupostos processuais no novo CPC.
3. Cognição judicial e os planos de análise.
4. Condições da ação no novo CPC: deixaram de existir como requisitos de admissibilidade? Devem ser tratados como admissibilidade ou mérito?
5. Requisitos de admissibilidade da ação e processo na tutela inibitória: a ameaça como requisito indispensável.
6. Requisitos de admissibilidade nas tutelas provisórias:
7. Requisitos de admissibilidade da ação e processo no mandado de segurança individual e coletivo: análise da legitimidade ativa e passiva; interesse processual, incluindo a discussão sobre o justo receio como requisito de admissibilidade no mandado de segurança preventivo; possibilidade jurídica do pedido.
8. Direito líquido e certo: condições de ação ou mérito da ação de mandado de segurança?
9. Requisitos de admissibilidade da ação e processo nas tutelas de procedimento especial: possessórias
10. Requisitos de admissibilidade da ação e processo nas tutelas de procedimento especial: monitória
11. Requisitos de admissibilidade nas ações de família
12. Requisitos de admissibilidade da ação e processo no tocante aos



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

juizados especiais.

13. Requisitos de admissibilidade na execução.
14. Requisitos de admissibilidade na execução de alimentos
15. Requisitos de admissibilidade na ação rescisória
16. Requisitos de admissibilidade na Reclamação
17. Requisitos de admissibilidade nas ações coletivas e no IRDR
- 18- Admissibilidade da prova
19. Admissibilidade recursal.

Bibliografia Básica:

ARMELIN, Donaldo. Legitimidade para Agir no Direito Processual Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do Processo e Técnica Processual. São Paulo: Malheiros.

FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima. Condições da ação-enfoque sobre o interesse de agir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Nulidades do Processo e da Sentença. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

_____et AL. Primeiros comentários ao novo código de processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Carla Teresa Martins Romar
Disciplina:	Direito Processual do Trabalho e o Novo Código de Processo Civil - Subsidiariedade e Supletividade - Efetivação dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A preocupação com os profundos impactos do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 17.03.2015) no processo do trabalho impõe um estudo aprofundado de institutos em relação aos quais pode ocorrer a invocação subsidiária ou supletiva do NCPC. Sem perder de vista que somente caso haja omissão e também compatibilidade com as normas e princípios do Direito Processual do Trabalho pode-se aplicar as regras do processo civil, o fato é que essa interpretação demandará tempo e o equilíbrio entre a celeridade, efetividade do processo e segurança jurídica somente se atingirá após muitas análises e discussões sobre as questões envolvidas. A disciplina ora oferecida visa desenvolver nos alunos um pensamento crítico e científico sobre os temas.

Bibliografia Básica:

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique (org.). Novo CPC. Repercussões no processo do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz e MITIDIERO, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: RT, 2016.

NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil - Novo CPC - Lei 13.105/2015. São Paulo: RT, 2015.

SILVA, Homero Batista Mateus da. Curso de direito do trabalho aplicado - vol. 9 - Processo do trabalho. São Paulo: RT, 2016.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Comentários ao Novo Código de Processo Civil sob a perspectiva do processo do trabalho. São Paulo: LTr, 2016.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Carolina Alves de Souza Lima
Disciplina:	Direitos Humanos e Cidadania
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Humanos
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O presente curso visa abordar, a partir da perspectiva dos direitos humanos, quais foram as principais contribuições da civilização ocidental para a construção da noção de cidadania, assim como para seu pleno exercício. Para tanto, partirá da Antiguidade Clássica, com destaque as civilizações grega e romana, com o objetivo de averiguar as contribuições dadas por estas civilizações a respeito da construção da noção de cidadania. Na sequência, analisaremos as principais contribuições a respeito da construção da cidadania na Idade Média. Na Idade Moderna será analisada a cidadania liberal. Na sequência será analisada a Idade Contemporânea, séculos XIX, XX e XXI, e a perspectiva dos direitos humanos e da cidadania, não só no Estado de Direito, mas também no Estado Social e Democrático de Direito, com seus avanços, retrocessos e desafios para sua efetividade.

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo C.B. *Ética, Educação, Cidadania e Direitos Humanos: Estudos Filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social*. Barueri, São Paulo: Manoel, 2004.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. 8. ed. Tradução brasileira de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

LIMA, Carolina Alves de Souza. *A Construção da Cidadania e o Direito à Educação*. Livre-docência em Direitos Humanos. PUC/SP. Ano de obtenção: 2012.

LUÑO, Antonio-Enrique Pérez. *Ciberciudadaní@ o ciudadaní@.com?*. Barcelona: Gedisa, 2003.

MARTÍN, Núria Belloso. *Os Novos Desafios da Cidadania*. Tradução de Clovis Gorczewski. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Clarice Von Oertzen de Araújo
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito e Pragmatismo
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

- Examinar as posições do pragmatismo filosófico e jurídico como uma alternativa às posições ontológicas acerca da verdade na ciência e da justiça na solução dos conflitos jurídicos.
- Verificar as relações entre o pragmatismo filosófico e o pragmatismo jurídico.
- Investigar os conceitos de crença e ação na perspectiva do método pragmatista.
- Esclarecer os ganhos que o silogismo abduativo é capaz de trazer para o raciocínio jurídico e a aplicação da lei aos casos concretos, a fim de fornecer:
 - a) explicação de fatos que funcionem como provas;
 - b) classificação de fatos relevantes;
 - c) interpretação da intenção do legislador;
 - d) identificação dos princípios jurídicos relevantes;
 - e) formulação da melhor hipótese para a consecução de uma finalidade pretendida.

Bibliografia Básica:

DEWEY, John. Logical Method and Law. The Philosophical Review, vol. 33, nº 6 (Nov., 1924), pp. 560-572.

EISENBERG, José; POGREBINSCHI, Thamy. Pragmatismo, Direito e Política. São Paulo, CEBRAP, Revista Novos Estudos, nº 62, março/2002, p. 107-121.

POSNER, Richard. Problemas de filosofia do Direito. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2007.

REGO, George Browne. O pragmatismo como alternativa à legalidade positivista: o método jurídico-pragmático de Benjamin Natham Cardozo.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

In Revista *Duc In Altum* - Caderno de Direito, vol. 1, nº 1, jan/dez de 2009.

TUZET, Giovanni. Legal Abduction. *Cognitio*. São Paulo, v. 6 nº 2, p. 265-284, jul/dez 2005.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Clarice Von Oertzen de Araujo
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Semiótica Jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

- Estudo do caráter semiótico do Direito, enquanto sistema de linguagem prescritiva, com ênfase na produção de significados encontrados em níveis de crescente complexidade, na medida em que se positiva o ordenamento jurídico.
- Apresentação da incidência como fluxo de semioses normativas, quando se estabelecem correspondências de raciocínios implicados no ajuste entre signos verbais e não verbais.
 - Os métodos e conceitos desenvolvidos pela Teoria Geral do Direito, da Semiótica e das Ciências da Comunicação verificados em interfaces sistêmicas e analogias instrutivas com a transferência de informação entre as naturezas adaptativas e interativas da comunicação das áreas envolvidas.
- Estudo comparativo entre as linguagens naturais e as formalizadas que evidenciam semelhanças e divergências, aproximando os estudiosos do direito e dos demais sistemas de comunicação, da "lógica" como um ramo da ciência estreitamente vinculado à semiótica.

Bibliografia Básica:

ARAUJO, Clarice Von Oertzen de. *Semiótica do Direito*. São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2005.

PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1977

_____. *Escritos Coligidos*. Seleção de Armando de Moraes; tradução de Armando Mora D'Oliveira e Sérgio Pomerangblum. São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores), 1974.

_____. *Antologia Filosófica*. Prefácio, seleção, tradução e notas de Antônio Machuco Rosa. Portugal, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa da. Curso de semiótica geral. São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Filosofia do Direito I
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina visa fornecer noções básicas de Filosofia, como propedêutica para o aprofundamento em Filosofia do Direito. Em seguida abordará o objeto e a divisão da Filosofia do Direito, revelando o conteúdo axiológico das normas jurídicas, a conduta humana e sua ordenação teleológica, bem como suas modalidades. Passando em revista as visões de mundo atinentes a momentos histórico-culturais diversos, mostrará as escolas jusfilosóficas que se sucederam, até culminar nas concepções reducionistas da realidade jurídica no século passado. Em contrapartida, desenvolverá a noção integral do Direito, numa perspectiva tridimensional humanística que consagra as constantes axiológicas da dignidade da pessoa humana, valor fonte de todos os valores, particularmente ameaçada em nossos dias pelo relativismo ético e ceticismo gnosiológico, conduzindo a uma noção apenas tecnológica do Direito.

Bibliografia Básica:

- DE CICCO, Cláudio. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 2013, 7ª edição revista.
- ERVADA, Javier. O que é o Direito? Trad. Sandra Martha Dolinski. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2006.
- REALE, Miguel Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 20ª edição, 9ª tiragem, 2011.
- REALE, Miguel Horizontes do Direito e da História. São Paulo, Editora Saraiva, 3ª edição, 2002.
- VILLEY, Michel. A Formação do Pensamento Jurídico Moderno. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2005.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Teoria Geral do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina visa mostrar como, a partir da experiência jurídica concreta, podem-se conceber modelos operacionais, implicando na qualificação e obrigatoriedade dos comportamentos, em função de fatos e valores emergentes da realidade. Em seguida ver-se-á como, na hermenêutica jurídica, o intérprete deverá atentar para a condicionalidade histórica tanto da nomogênese como da aplicação da norma ao caso concreto, numa visão prospectiva, sem as limitações da visão retrospectiva usual. Chega-se, assim, a uma revisão do conceito de dogmática jurídica, à luz do pensamento conjectural, instrumento apto a facilitar a aplicação da norma jurídica a uma sociedade em contínua mutação, sem comprometer os valores humanísticos fundantes do Estado Democrático de Direito, rumo a uma sociedade mais justa.

Bibliografia Básica:

DE CICCO, Cláudio. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 7ª edição revista, 2013.

GOYARD-FABRE, Simone. Os Fundamentos da Ordem Jurídica. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002.

PERELMAN, Chaïm. Lógica Jurídica. Trad.V.K. Puppi. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1998.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 2004, 27ª edição, 4ª tiragem.

REALE, Miguel. Fundamentos do Direito. Ribeirão Preto, Editora Migalhas, 2013, 4ª edição.

VALLET DE GOYTISOLO, Juan. Metodologia Jurídica. Madrí, Editorial Civitas, 1998.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Claudio José Langroiva Pereira
Disciplina:	Processo Penal Constitucional: Criminalidade Econômica, Combate à Corrupção, Investigação e Jurisdição Penal
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Penal
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Direitos fundamentais, dignidade humana e direito à proteção e à segurança pública. Direito penal como meio de controle social. Direitos fundamentais como direitos de defesa. Processo Penal como Direito Constitucional Aplicado. 2. Criminalidade econômica e criminalidade organizada: a necessidade da resposta penal e processual penal para a afirmação do Estado de Direito. Direito Penal Econômico e suas bases jurídicas 3. Garantismo e utilitarismo. A flexibilização de garantias e direitos fundamentais no processo penal econômico. O Direito Penal do Inimigo e a realidade do Direito Penal Econômico. 4. Corrupção e crimes de colarinho branco. Corrupção ativa, corrupção passiva e concussão. O tráfico de influência e a advocacia administrativa. A problemática da investigação penal destes crimes. 5. Processo Penal e instrumentalização administrativa e o modelo sistêmico de prevenção de delitos econômicos. Instrumentos de controle jurídico-sancionador da atividade econômica (Lei Anticorrupção. Sistemas de regulação e autorregulação. Programas de compliance e correição). Sistema de prevenção e proteção à corrupção. Lei nº 12.846/2013. 6. O Juiz e os poderes gerais de cautela. As medidas cautelares atípicas e a Lei nº 12.403/11. Prisão cautelar e medidas cautelares patrimoniais. Os pressupostos para a cautelaridade penal na criminalidade econômica. Proporcionalidade entre segurança social e liberdade individual. 7. Jurisdição penal, limites de competência, conexão probatória e prevenção: o problema da criminalidade econômica organizada e transnacional. 8. Criminalidade econômica, a busca da verdade no processo penal e os princípios da eficiência e da eficácia. O direito constitucional à prova, o ônus da prova e os limites da cooperação jurídica internacional em matéria penal. A questão da colheita e o sistema de validação da prova. A nulidade e a prova do prejuízo na violação de direitos fundamentais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

PUC-SP

9. Sigilo da Prova Criminal. Sigilo de Correspondência, Sigilo Bancário e Sigilo Fiscal. Os limites constitucionais e as investigações administrativas do Poder Público. 10. Interceptação Telefônica e o Sigilo das Comunicações e de Dados. Lei nº 9.296/1996. Regulamentação do procedimento de interceptação telefônica. Hipóteses e cabimento da medida. Autorização judicial. Procedimento. O Marco Civil da Internet e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) 11. Delação e Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e negociação penal, em face da Lei de Anticorrupção - Lei nº 12.846/2013 (Anticorrupção), da Lei de Combate a Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013) e da Lei Antitruste/CADE (Lei nº 12.846/2013). 12. Processo Penal e a sociedade da informação. A mídia e publicidade no Processo Penal. Publicidade e garantia fundamental da presunção de inocência. Direito à preservação da imagem e o direito público de fiscalização dos julgamentos. Interesse público e interesse do público. 13. Princípios Constitucionais Orientadores da Atividade Jurisdicional - Direitos e Garantias do Juiz no Estado Social e Democrático de Direito. 14. O Juiz em face da interpretação constitucional. Tutela dos direitos fundamentais e o exercício arbitrário de poder. Contraposição da atividade legislativa e jurisdicional. O Poder Judiciário e a esfera de competência reservada - violação ao princípio da separação de poderes; a responsabilidade do Poder Judiciário em face do necessário controle das políticas públicas da Administração Pública. 15. Direito e Justiça; justiça como igualdade; justiça social; justiça como segurança e paz jurídica. A justiça e os direitos; direitos fundamentais, direitos econômicos, direitos sociais e direitos culturais; promoção e prestação de justiça e efeitos horizontais dos direitos, das liberdades e das garantias.

Bibliografia Básica:

PEREIRA, Claudio José Langroiva. Proteção Jurídico-Penal e direitos universais - tipo, tipicidade e bem jurídico universal, São Paulo: Editora Quartier Latin, 2008.

SILVA, Marco Antonio Marques da. & Miranda, Jorge (coordenação). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana, Lisboa/São Paulo: Editora Almedina / Quartier Latin, 2ª edição, 2009.

SCHUNEMANN, Bernd: Estudos de direito penal, direito processual penal e filosofia do direito / Bernd Schünemann ; coordenação Luís Greco. São Paulo : Marcial Pons, 2013.

FERRAJOLI, Luigi; Direito e razão: teoria do garantismo penal; 3ª edição revisada, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estudos sobre direitos fundamentais, São Paulo: Coimbra Editora/Editora Revista dos Tribunais - co-edição, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Clovis Beznos
Disciplina:	O Regime Jurídico Administrativo, Função Administrativa e os Princípios da Administração
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	2º/2016
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Preordena-se a presente disciplina ao estudo metodológico do regime jurídico administrativo, da função administrativa, bem como dos princípios que informam a Administração Pública. Trata-se da investigação do núcleo fundamental da ciência do Direito Administrativo, que se constitui em seu regime jurídico. Impossível é o conhecimento de qualquer ciência, sem o conhecimento de seu objeto. Os princípios elencados como informadores da Administração na Constituição da República integram esse regime jurídico administrativo, sendo lógica a sua investigação.

Bibliografia Básica:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

CAUPERS, João. *Introdução ao Direito Administrativo*. 8. ed. Lisboa: Âncora, 2005;

BREWER-CARÍAS, Allan R. *Derecho administrativo: v. I*. Bogotá: Universidad Externad Central de Venezuela; Universidad Central de Colombia, 2005;

ESCOLA, Héctor Jorge. *El interés público como fundamento del derecho administrativo*. Buenos Aires: Desalma, 1989;

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo; FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón. *Curso de derecho administrativo*. 11. ed. Madrid: Civitas, 2002.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Consuelo Yatsuda M. Yoshida
Disciplina:	Direitos fundamentais e responsabilidade ambiental
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina se propõe a examinar, sob as perspectivas doutrinária, legislativa e jurisprudencial, a evolução e ampliação dos direitos fundamentais individuais e sociais, de convivência conflituosa, em compasso com a evolução da crescente responsabilidade ambiental intergeracional, nas esferas civil, administrativa e penal, e que alcança a todos indistintamente, Poder Público e coletividade. Consolida-se a corresponsabilidade entre atores públicos e atores privados, aí incluídos os agentes financeiros, a cadeia produtiva, o comércio e os consumidores, para uma mais eficiente tutela dos direitos fundamentais relativos à qualidade de vida nos seus diferentes aspectos.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert - Teoria dos Direitos Fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros

BONAVIDES, Paulo - Curso de Direito Constitucional, São Paulo: Malheiros

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro, S. Paulo: Malheiros

MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais

YOSHIDA, Consuelo Y.M. A proteção do meio ambiente e dos direitos fundamentais correlatos no sistema constitucional brasileiro. In: Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida; Flávio Ahmed; Renata Falson Cavalca. (Org.). Temas fundamentais de direitos difusos e coletivos: desafios e perspectivas. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013, v. , p. 1-66.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim
Disciplina:	Os impactos do Novo Código de Processo Civil na fase de conhecimento
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O Novo Código de Processo Civil finalmente veio a entrar em vigor no dia 18 de Março de 2016. Trata-se da Lei 13.105/2015, já com alterações promovidas pela Lei 13.256/2016. Dentre as inúmeras inovações que foram inseridas no Direito Processual Civil Brasileiro por intermédio de aludido diploma legal, sobressaem os institutos relativos ao Processo de Conhecimento. A presente disciplina tem por objetivo, portanto, o estudo e investigação de todos esses institutos presentes na fase de conhecimento, partindo das alegações iniciais do autor até a formação da coisa julgada, evidentemente, com os olhos voltados às modificações operadas pelo Novo Código de Processo Civil.

Bibliografia Básica:

ARRUDA ALVIM. Direito processual civil - Teoria geral do processo de conhecimento. São Paulo: RT, 1972.

ARRUDA ALVIM. Novo contencioso cível no CPC/2015. São Paulo: RT, 2016.

ARRUDA ALVIM. Eduardo. Direito Processual Civil. 5.ª ed. São Paulo: RT, 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. São Paulo: Atlas, 2015.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Et. al. Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil. São Paulo: RT, 2015.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome dos Professores:	Eloisa de Sousa Arruda
Disciplina:	Justiça Penal Internacional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Penal
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina que se propõe ao estudo crítico e encaminhamento de pesquisas sobre a evolução dos instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos e sua integração ao Direito Brasileiro com ênfase no Direito Penal e Direito Processual Penal. Tratará também do desenvolvimento histórico de uma justiça penal internacional, desde o Tribunal de Nuremberg até o Tribunal Penal Internacional. Sob este prisma, serão enfocadas as regras relativas ao Direito Material e ao Direito Processual Penal aplicadas e aplicáveis nesse sistema de justiça.

Bibliografia Básica:

AMBOS, Kai, CARVALHO, Salo (org.). O Direito Penal no Estatuto de Roma: leituras sobre os fundamentos e aplicabilidade do Tribunal Penal Internacional. São Paulo: Lumen Juris.

BAZELARIE, Jean-paul, CRETIN, Thierry. A Justiça Penal Internacional. São Paulo: Manole.

MARQUES DA SILVA, Marco Antonio - Acesso à Justiça Penal e Estado Democrático de Direito. São Paulo, Oliveira Mendes.

RAMOS, André de Carvalho. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional. São Paulo: Saraiva.

STAHN, Carsten, HERIK, Larissa van den. Future perspectives on international criminal justice. Haia: T.M.C. Asser Press.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor: Estevão Horvath e Luiza Nagib

Disciplina: Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar na Jurisprudência dos Tribunais

Núcleo de Pesquisa: Direito Constitucional e Processual Tributário

Dia da semana: 5ª feira

Horário: 08h00 às 12h00

Semestre: 2º/2016

Créditos correspondentes: 04

Carga horária: 360 horas

Nível: Mestrado

Ementa:

Dentro da linha de pesquisa Direito Constitucional e Processual Tributário, a disciplina aqui oferecida tem por objeto estudar aquilo que a Constituição Federal denomina "Limitações ao poder de tributar", especificamente os princípios constitucionais tributários e as imunidades na sua teorização e, principalmente, na visão que destes temas possuem nossos tribunais, passando, por conseguinte, pelos modos de interpretação aplicados no presente.

Bibliografia Básica:

Baleeiro, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar, Ed. Forense, atualizado por Misabel Derzi

Ataliba, Geraldo. República e Constituição, Malheiros ed.

Carrazza Roque. Curso de Direito Constitucional Tributário, Malheiros ed., 29ª. ed., 2013

Carvalho, Paulo de Barros. Derivação e Positivização no Direito Tributário, Ed. Noeses

Costa, Regina Helena. Imunidades Tributárias - Teoria e Análise da Jurisprudência do STF - 3ª Ed. 2015, Malheiros ed.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Fabiana Del Padre Tomé
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - norma jurídica e o processo de positivação
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo da norma jurídica e do respectivo processo de positivação pela perspectiva do constructivismo lógico-semântico. Essa concepção filosófica possibilita edificar uma teoria das normas bem estruturada em termos lógicos, discutida e esquematizada no nível semântico e com boas indicações para um desdobramento pragmático. Tudo isso considerando que a positivação do direito se opera mediante a presença indispensável da linguagem, num contexto de crenças, ideias e convicções, decorrentes dos valores dos sujeitos que integram a sociedade. Trata-se, portanto, de um estudo hermenêutico-analítico do direito. Nesse contexto, serão examinadas diversas perspectivas relacionadas à norma jurídica, tais como sua inserção no sistema do direito, seus aspectos estáticos e dinâmicos, com ênfase nos seguintes aspectos: I - Língua, realidade e direito. II - O constructivismo lógico-semântico como método de trabalho hermenêutico. III - Teoria comunicacional do direito. IV - Atos de fala no direito. V - Norma jurídica: estrutura e função. VI - Instrumentos para interpretação da norma jurídica. VII - Teoria do ordenamento jurídico. VIII - Teoria das classes e subsunção do fato à norma. IX - Teoria das provas na aplicação do direito. X - Teoria das relações e imputação normativa. XI - Valores e decisão jurídica. XII - A norma individual e concreta que documenta a incidência normativa.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Aurora Tomazini. Curso de Teoria Geral do Direito - O Constructivismo lógico-semântico. 4ª ed. São Paulo: Noeses, 2014.

CARVALHO. Paulo de Barros (Coord.). Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. I. São Paulo: Noeses, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

PUC-SP

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea. São Paulo: Loyola, 1996.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. A prova no direito tributário. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2011.

VILANOVA, Lourival. Estruturas lógicas e o Sistema de direito positivo. São Paulo: Noeses, 2002.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Fábio Ulhoa Coelho
Disciplina:	Sociedades Empresárias
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Teoria Geral das Sociedades Empresárias. Sociedade Anônima. Sociedade Limitada.

Bibliografia Básica:

COMPARATO, Fábio Konder - Poder de Controle na Sociedade Anônima. 4ª edição em co-autoria com Calixto Salomão Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SALOMÃO Filho, Calixto - O Novo Direito Societário. São Paulo, Malheiros, 1998.

CARVALHOSA, Modesto - Comentários à Lei das Sociedades por Ações. São Paulo: Saraiva, 1997, 2ª edição, 4 volumes.

COELHO, Fábio Ulhoa - Curso de Direito Comercial. São Paulo. 13ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015, vol. 2.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Francisco José Cahali
Disciplina:	Arbitragem e Mediação II - questões pontuais, aspectos contidos no CPC/2015, na Reforma da Lei de Arbitragem e outras formas de solução de conflito
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A mediação, a arbitragem, e outras formas disponíveis no Sistema Jurídico, enquanto alternativas adequadas de solução de controvérsias, hoje representam importantes e até indispensáveis instrumentos à disposição do profissional do Direito. Sua crescente prática aliada às mudanças Legislativas (CPC, Lei 13.129/2015, Lei 13.140/2015), faz com que venham a debate diversas questões pontuais como a Arbitragem na Administração Pública, em ter empresas, o diálogo entre Juízo Arbitral e Estatal, carta arbitral, e vários outros assuntos. E assim, pertinente o estudo de questões pontuais mais complexas que surgem da prática e dos precedentes, merecendo destaque, não só para o aprofundamento do conhecimento científico, no estudo da tutela das relações jurídicas privadas, como também para fornecer ao aluno a habilidade de utilização destes relevantes institutos.

Bibliografia Básica:

- CAHALI, Francisco José. Curso de Arbitragem. 5ª ed. São Paulo: RT, 2015.
- CAHALI, Francisco José. FREIRE, Alexandre. RODOVALHO, Thiago (Organizadores). Estudo sobre a Lei 13.129, de 26.05.2016 (obra com 35 co-autores). São Paulo: SARAIVA, 2016.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. A Arbitragem na Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros, 2013
- Revista Brasileira de Arbitragem do Comitê Brasileiro de Arbitragem. São Paulo: Síntese e CBAr.
- WALD, Arnaldo (Coordenador). Revista de Arbitragem e Mediação. São Paulo: RT.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Gabriel Benedito Issaac Chalita
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Relações entre Ética e Direito na Filosofia Clássica dos Gregos
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade o estudo dos principais temas da Filosofia do Direito na antiguidade grega e sua relação com as outras escolas. O referencial teórico fundamental é a *Ética a Nicômacos* de Aristóteles. A partir dessa obra busca-se discutir a justiça em outros autores contemporâneos a Aristóteles e a influência exercida sobre as escolas da Filosofia do Direito que vieram depois. Além disso, o objetivo é trabalhar uma metodologia que prepare o aluno para o magistério e para a pesquisa científica.

Bibliografia Básica:

AQUINO Tomás de. *A Prudência - A virtude da decisão certa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos* 3ª ed., Brasília: UnB, 1999.

DESCARTES, René. *Carta-Prefácio dos Princípios da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. São Paulo: Edipro, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

Nome do Professor:	Guilherme de Souza Nucci
Disciplina:	Efetividade do Direito Penal, direitos humanos e segurança pública
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Confluência e confronto entre o direito punitivo do Estado e os direitos humanos de cada indivíduo, mesmo autores de crimes. Por outro lado, há de se buscar o confronto com a segurança pública, outro princípio constitucional relevante. Ponto acadêmico: medidas limitadoras do direito punitivo do Estado, sem perda da sua capacidade assegurar a ordem pública, respeitando-se os direitos humanos.

Bibliografia Básica:

- Nucci, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. Forense: 2016.
- Nucci, Guilherme de Souza. Individualização da pena. Forense, 2016.
- Nucci, Guilherme de Souza. Princípios constitucionais penais e processuais penais. Forense, 2015.
- Nucci, Guilherme de Souza. Direitos humanos e segurança pública. No prelo.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	José Manoel de Arruda Alvim Netto e Giovanni Ettore Nanni
Disciplina:	Teoria geral do negócio jurídico
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O plano de estudos objetiva analisar a teoria geral do negócio jurídico. Serão pesquisados, mediante investigação crítica e sistemática de diversos institutos, os aspectos e conceitos estruturais do tema. Entre os pontos a serem debatidos: conceito e classificação de negócio jurídico; teoria tricotômica; princípios fundamentais; declaração negocial; objeto, causa e forma do negócio jurídico; representação; ato jurídico stricto sensu; negócio indireto; negócio fiduciário; negócio de acerto; relação negocial de fato; interpretação; invalidade; prescrição e decadência.

Bibliografia Básica:

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito civil: teoria geral, vol. 2: ações e fatos jurídicos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Negócio jurídico e declaração negocial: noções gerais e formação da declaração negocial. São Paulo: [s.n.], 1986.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia. 4. ed. 5. tir. São Paulo: Saraiva, 2007.

BETTI, Emilio. Teoria geral do negócio jurídico. Tradução de Fernando de Miranda. Coimbra: Coimbra Editora, 1969.

GALGANO, Francesco. El negocio jurídico. Tradução de Francisco de P. Blasco Gascó e Lorenzo Prats Albentosa. Valencia: Tirant Lo Blanch, 1992.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	Produção Bibliográfica
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Mestrado em Direito)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	15h00 às 19h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

Justificativa:

A publicação de artigos, coletâneas, anais, com o objetivo de implementar a produção do Programa exige específica formação dos alunos. De particular dificuldade se reveste a produção discente nos padrões que, presentemente, são exigidos pela Área do Direito da CAPES.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa e ao projeto apresentado ao Orientador bem como os critérios de escolha dos periódicos aptos a receber as publicações elaboradas pelo discente, a partir da reflexão a respeito da área de atuação do aluno.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

Nunes, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11ª.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Marcelo de Oliveira F. Figueiredo Santos
Disciplina:	Garantias Constitucionais e Convencionais - A proteção da pessoa humana em âmbito nacional e internacional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estado Constitucional e Convencional. Transconstitucionalismo, Constitucionalismo multinível e Constitucionalismo internacional; Justiça Constitucional e Convencional: o controle de constitucionalidade e de convencionalidade; Garantias Constitucionais e Convencionais: conceitos e distinções; Diálogos entre Instituições: parlamentos, administração e juízes; Discricionariedade estatal e Margem de Apreciação Nacional; Garantias da Pessoa Humana e sua previsão em doméstica e internacional: tais como vida, privacidade, liberdade de expressão e associação, presunção de inocência, direito ao silêncio. Garantias judiciais: duplo grau, acesso à justiça e mecanismos de amparo de direitos(habeas corpus, habeas data e mandado de segurança); devido processo legal; legalidade; Estudo de casos.

Bibliografia Básica:

BREWER-CARÍAS, Allan R. Mecanismos Nacionales de Protección de los Derechos Humanos (Garantías judiciales de los derechos humanos en el derecho constitucional comparado latinoamericano) San Jose: IIDH, 2005;

NEVES, Marcelo, "Transconstitucionalismo", Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2011, 400 páginas.

ZAMUDIO, Hector Fix, Los Derechos Humanos y su Protección Internacional, UNAM, Grijley, 318 páginas

ABRAMOVICH, V. y COURTIS, C., Los derechos sociales como derechos exigibles, Trotta, Madrid, 2002

MELÉNDEZ, Florentín. Instrumentos internacionales sobre derechos humanos aplicables a la administración de justicia: estudio constitucional comparado. 8ª ed. BOGOTÁ: Fundación Konrad Adenauer - Fundación Editorial Universidad del Rosario, 2012.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Marcelo Gomes Sodré
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Uma visão filosófica dos direitos difusos materiais
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem por objetivo refletir, do ponto de vista filosófico, sobre o surgimento dos direitos difusos materiais, seu contexto histórico, teórico e consequências. Para tanto, será dado destaque especial à problemática que envolve a vulnerabilidade contemporânea na civilização tecnológica, o papel do direito e os fundamentos do surgimento dos direitos difusos na segunda metade do século XX. As perguntas básicas que se buscará responder são: como o projeto racional/iluminista resultou em catástrofes? Em qual contexto histórico e filosófico surgiram os chamados direitos difusos materiais? Eles são frutos de uma ruptura da pós-modernidade? Que tipo de ruptura e com quais consequências? Como o direito deve tratar o tema do risco civilizatório na sociedade contemporânea? É possível se falar de uma ética na pós-modernidade?

As aulas abordarão, por meio da leitura de textos e debates em sala de aula, os seguintes temas: a sociedade pós-moderna e o direito; o processo de globalização e o direito; a sociedade de risco e o direito; a sociedade de consumo e o direito; a ética no mundo contemporâneo, fundamentos filosóficos na formação do direito ambiental e do direito do consumidor; natureza material dos direitos difusos; os bens difusos protegidos; a relação entre direitos difusos e direitos fundamentais; a posição dos direitos difusos no concerto geral da ciência do direito; direitos difusos e políticas públicas; judicialização dos conflitos sociais e conflitos entre direitos difusos.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto - A Era dos Direitos

BECK, Ulrich - Sociedade de Risco

JONAS, Hans - O princípio responsabilidade

LIPOVETSKY, Gilles - A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo

DWORKIN, Ronald - Levando os direitos a sério.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Márcia Cristina de Souza Alvim
Disciplina:	Filosofia do Direito III - Direito e Liberdade
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	2º/2016
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina tem por objetivo discutir um dos Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil: O Direito à Liberdade. Que é liberdade? O que é ser livre? É possível construir uma filosofia da liberdade? Como o Direito deve emancipar as ações humanas para a efetividade desse princípio fundamental? As aulas serão realizadas de forma expositiva e seminários.

Bibliografia Básica:

- ARENDDT, Hannah. O que é Política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CANETTI, Elias. Massa e Poder. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HABERMAS, Jurgen. Comentários à Ética do Discurso. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- LIPOVETSKY, Gilles e CHARLES, Sébastien. Os Tempos Hipermodernos. Lisboa: Edições 70, 2011.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou Da Educação. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - A Conjectura Sistêmica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Apresentação dos principais encaminhamentos de uma visão sistêmico-construcionista da atividade dos juristas frente a efetividade do Direito.

Bibliografia Básica:

PUGLIESI, Márcio. Teoria do Direito. 2ª. Ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Teoria do Direito: aspectos macrossistêmicos. Rio de Janeiro: Sapere Aude, 2015.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Uma introdução histórica aos seus problemas
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Apresentar as principais questões da Filosofia do Direito, as principais correntes e seu impacto na prática e efetividade do Direito.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto - O Positivismo Jurídico - Lições de Filosofia do Direito, compilação Nello Morra, trad. Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos Eduardo Rodrigues; São Paulo Ícone, 1995.

DANTAS, David Diniz - Interpretação Constitucional no Pós-Positivismo, 2a. Edição, São Paulo: Madras, 2005.

FOLSCHEID, Dominique & Wunenburger, Jean-Jacques - Metodologia Filosófica. trad. Paulo Neves, São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PUGLIESI, Márcio - Teoria do Direito, 2a. Ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

PUGLIESI, Márcio - Teoria do Direito - aspectos macrossistêmicos. Rio de Janeiro: Sapere Aude, 2015.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Filosofia do Direito II - Técnicas de leitura e trabalho - o cenário contemporâneo
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Ao final do curso os estudantes estarão capacitados à leitura de textos contemporâneos de Filosofia e Filosofia do Direito. Desenvolver-se-á um trabalho focado na técnica de leitura filosófica e com acesso aos grandes problemas enfrentados pela Filosofia.

A transdisciplinaridade característica do pensamento contemporâneo tem como fulcro o conhecimento integrado de determinado ramo do saber humano conjugado a outras competências em ramos diversos. A Filosofia tem desempenhado papel de relevo na construção dessa nova postura epistêmica. Tratando-se do Direito, a transdisciplinaridade é natural pois, sendo a interpretação a atividade mais comum do jurista - apenas um conhecimento multidisciplinar e uma leitura transversal das situações jurídicas poderão tornar seu objeto mais próximo e mais bem definido, visando a efetividade do Direito.

Bibliografia Básica:

FOLSCHEID, Dominique & Wunenburger, Jean-Jacques - Metodologia Filosófica, trad. Paulo Neves, Martins Fontes, São Paulo, 1997.

HABERMAS, Jürgen. O Discurso Filosófico da Modernidade: Doze Lições. Tradução de Luiz Sergio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PUGLIESI, Márcio - Por uma teoria do Direito - aspectos macrossistêmicos, Rio de Janeiro: Sapere Aude, 2015.

_____. Filosofia Geral e do Direito - uma abordagem sistêmico-construcionista. Prelo.

WHITE, Stephen K.- Razão Justiça, Modernidade: A obra recente de J. Habermas, trad. Márcio Pugliesi, Ícone, São Paulo, 1996.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Marco Antônio Marques da Silva
Disciplina:	Processo Penal e Garantias Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Penal
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A efetividade do Processo Penal tem sido tema de debates, em especial sob o prisma da Constituição Federal, impondo a existência de um processo democrático, de igualdade entre as partes e respeito ao cidadão. Os rumos do processo penal na sociedade contemporânea e os aspectos penais e constitucionais dos direitos difusos e coletivos, impõe a releitura do ordenamento jurídico brasileiro com base no nosso Estado Democrático de Direito.

Bibliografia Básica:

COSTA, José de Faria & SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coordenação). Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais: Visão Luso-Brasileira. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 5ª ed., 2007.

MIRANDA, Jorge & SILVA, Marco Antonio Marques da. Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. São Paulo: Quartier Latin, 2ª edição, 2009.

SILVA, Marco Antonio Marques da & Freitas, Jayme Walmer de. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, Marco Antonio Marques da. Acesso à Justiça Penal e Estado Democrático de Direito. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Marco Antônio Marques da Silva
Disciplina:	Teoria Geral do Direito – Constitucionalização do Processo e do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Direito, Justiça e Política. Direito e Norma Jurídica. Princípios e regras jurídicas: conflitos e critérios de solução. Eficácia da Lei no tempo e seus princípios fundamentais. Ordenamento Jurídico e Hermenêutica. Justiça e Teorias Procedimentais. Fundamentos do Estado Democrático de Direito e o Acesso à Justiça. O Princípio Constitucional da Dignidade Humana. O fenômeno da Constitucionalização. A Constitucionalização do Direito e do Processo. A ordem constitucional de valores e a imposição de uma coerência na legislação ordinária. Identificação do Processo no Sistema Constitucional de Direitos e Garantias Fundamentais. O processo constitucional como instrumento de interpretação de institutos jurídicos. Relações de poder: relação de autoridade, de liderança, de reputação e detentor do poder.

Bibliografia Básica:

- ALEXY, Robert. Teoría de la argumentación jurídica: la teoría del discurso racional como teoría de la fundamentación jurídica. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.
- DE CICCIO, Claudio & GONZAGA, Alvaro de Azevedo. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. 2ª edição, 2009.
- DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a Sério. São Paulo: Martins Fontes, 3ª edição, 2010.
- MIRANDA, Jorge & SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coordenação). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. São Paulo: Quartier Latin, 2ª edição, 2009.
- FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: Técnica, Decisão, Dominação. São Paulo: Atlas, 7ª edição, 2013.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Maria Celeste C. Leite Santos
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Direito, Poder e Justiça: o Ordenamento Jurídico
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Nosso ponto de partida funda-se não na razão de uma certa justiça, mas no sentimento da JUSTIÇA. Tantas têm sido as diferentes teorias da Justiça e sua viabilidade que se torna um problema determinar-se cientificamente o seu conceito. Não se trata apenas de perguntar, no âmbito do Direito, pelo justo, mas de fazer uma pergunta fundamental que afeta a própria essência do indivíduo: se o indivíduo deseja a Justiça; se pretende justificar sua conduta apelando para os atos de outros ou às normas de Direito Positivo com o qualificativo de "justas". Estas diferentes expressões de um denominador comum nos faz pensar que estamos ante algo mais que uma certa aspiração de incluir uma medida de ordem em nossas relações sociais.

O curso visa demonstrar que o Direito representa um modelo de ordem e que como arquétipo de nossa conduta não pode ser ao mesmo tempo, a expressão de qualquer tipo de ordem. A ordem que o homem persegue é a que simboliza a Justiça! A posição dita "neutra" sobre o Direito Positivo não mais satisfaz ao jurista que eleva sua voz frente ao Poder criado e amparado em formalismos legais e normas radicalmente injustas.

Bibliografia Básica:

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito. Técnica, decisão, dominação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KELSEN, Hans. *A Ilusão da Justiça*. Trad. Sergio Tellaroli. São Paulo: Martins Fontes, 2000. KELSEN, Hans. *Que es Justicia?* Trad. Albert Casamiglia. Barcelona: Ariel, 1982.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do Direito*. Trad. João B. Machado. Coimbra: Armênio Amado, 1976.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

PUC-SP

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. *Poder Jurídico e Violência Simbólica Problemas do PODER na Obra Póstuma de Hans Kelsen*. São Paulo: Cultural Paulista, 1985.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor: Maria Garcia
Disciplina: Hermenêutica e Interpretação
Constitucional. O Método
Núcleo de Pesquisa: Direito Constitucional
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 2º/2016
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Trata-se de analisar a Ciência da Hermenêutica e a Interpretação da Constituição, no enfoque do método marxista de interpretação, sob as luzes dos autores constantes da bibliografia anexa.

Bibliografia Básica:

HESSE, Konrad. "Escritos de Derecho Constitucional", Centro de Estudios Constitucionales, 1983, "La Interpretación Contitucional"

BASTOS, Celso Ribeiro. "Hermenêutica e Interpretação Constitucional", Malheiros, São Paulo, 2014

STRECK, Lênio Luiz, "Critica Hermenêutica do Direito", Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2014

H. G. GADAMER, "Experiência, Linguagem e Interpretação", Universidade Católica Editora, Lisboa, 2003

LAURENCE TRIBE E MICHAEL DORF, "Hermenêutica Constitucional", Del Rey, Belo Horizonte, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Maria Helena Diniz
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Teoria da norma jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00min às 12h00min
Semestre:	2º/2016
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso visa dar uma visão panorâmica da Ontologia, Epistemologia e Axiologia jurídicas, voltada ao estudo da "norma jurídica", embora dê um enfoque especial à Epistemologia Jurídica. Evita-se, no curso, o monopólio de uma teoria, pois os problemas epistemológicos não mais se resolvem por uma especulação abstrata por ser impossível compreender em todo seu alcance científico-jurídico e filosófico, a norma, sem o recurso a todas as noções fundamentais contidas nas teorias clássicas e modernas. Busca-se um estudo realista da normas jurídica, sob o prisma kelseniano, empírico e pragmático.

Bibliografia Basica:

DINIZ, Maria Helena. Conceito de norma jurídica como problema de essência. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. A ciência jurídica. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Compêndio de introdução à ciência do Direito. São Paulo: Saraiva, 2007.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Teoria da norma jurídica. Rio de Janeiro, Forense, 1978.

HART, Herbet. El concepto del derecho, 1963.

KELSEN, Hans. Teoria pura do Direito. Coimbra, 1962.

ROSS, Alf. El derecho y la justicia. Buenos Aires, 1970.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Maria Helena Diniz
Disciplina:	Teoria do Negócio Jurídico
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil Comparado
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	2º/2016
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Este curso tem por fim analisar sistematicamente o Negócio Jurídico no Direito Brasileiro e no Direito Comparado pela sua grande importância institucional, visto que é fonte de toda auto-regulamentação de interesses, apontando questões polêmicas dar-se-á ênfase ao seguintes tópicos: tipos, fundamentos e elementos negociais; problemas de representação; vícios de consentimento e sociais; conflitos entre elementos volitivos e a declaração; motivo, fim e causa do negócio; realidade negocial e conversão do negócio nulo; existência, validade e eficácia do negócio.

Bibliografia Basica:

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Negócio Jurídico e declaração negocial*. São Paulo: Saraiva, 1986.

BETTI, *Teoria Generale Del Negozio Giurídico*, Torino: UTET, 1960.

BRAVO, Castro y. *El negócio jurídico*, 1971.

LARENZ, *Base del negocio jurídico e cumplimiento de los contratos*.

STOLFI, G., *Teoria do Negócio Jurídico*. Madrid: 1959.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Motauri Ciocchetti de Souza
Disciplina:	Tutela Jurisdicional Coletiva dos Direitos Humanos
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Humanos
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Os Direitos Humanos não podem figurar em plano puramente retórico, carecendo de efetividade. Em tal sentido, pretende o módulo abordar os princípios processuais constitucionais e as ações afirmativas de tais Direitos (civil pública, mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data e habeas corpus), estudando as pertinentes estruturas e os mecanismos que lhes asseguram eficácia, fundamentais para o exercício da plena cidadania e para o perfazimento dos direitos cuja assecuração é indispensável para a consagração do Estado Democrático de Direito e do vetor da Dignidade da Pessoa Humana.

Bibliografia Básica:

BARROSO, Luís Roberto. O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

CAPPELLETTI, Mauro; e GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988 (trad. Ellen Gracie Northfleet).

MAZZILLI, Hugo Nigro. A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo. São Paulo: Saraiva, 2004.

NERY JÚNIOR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

SOUZA, Motauri Ciocchetti de. Ação Civil Pública - Competência e Efeitos da Coisa Julgada. São Paulo: Malheiros, 2003.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Nathaly Campitelli Roque e Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
Disciplina:	Teoria Geral do Direito – Direito e Acesso à Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A Disciplina Teoria Geral do Direito – Direito e Acesso à Justiça, visa à construir uma análise, estrutural e histórica, das relações entre Direito, Estado e suas inter-relações com o Acesso à Justiça e ao Judiciário. A partir das óticas monista, dualista e da gradação da positividade jurídica, buscar-se-á compreender a importância do Estado na produção do Direito moderno, bem como as relações entre Soberania e Poder dentro de uma perspectiva democrática e plural a fim de construir um Estado Democrático de Direito.

Bibliografia Básica:

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Acesso à Justiça, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

DE CICCIO, Claudio & AZEVEDO GONZAGA, Alvaro. Teoria Geral Do Estado E Ciência Política. São Paulo, Editora Revista Dos Tribunais, 5ª Edição, 2013.

KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do estado. 3. ed. Trad. Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REALE, Miguel. Teoria do direito e do estado. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SADEK, Maria Teresa (Org.). Acesso à Justiça. São Paulo: Konrad – Adenauer – Stiftung, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Nelson Luiz Pinto
Disciplina:	Princípios Constitucionais e Infraconstitucionais do Novo Processo Civil
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo aprofundado dos princípios constitucionais e infraconstitucionais que norteiam as normas e institutos do Novo CPC e seus reflexos na tramitação e no julgamento dos processos e recursos em todos os graus de jurisdição.

Bibliografia Básica:

ABBOUD, Abboud. Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais. São Paulo: RT, 2011.

ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel Willian; THAMAY, Rennan. Processo constitucional. São Paulo: RT, 2014.

FUX, Luiz; NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. "Processo e Constituição: Estudos em Homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira". Ed. Revista dos Tribunais.

NERY JUNIOR, Nelson. "Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. Ed. Revista dos Tribunais.

ZANETI JÚNIOR, Hermes. "Processo Constitucional - O Modelo Constitucional do Processo Civil Brasileiro". Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris. 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Nelson Luiz Pinto e Paulo Sérgio Feuz
Disciplina:	Sistema Legal do Desporto Nacional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Desportivo
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina estudará o Sistema de legal do Desporto Nacional, partindo da previsão Constitucional, seus princípios e a legislação infra constitucional, relacionando o esporte como atividade econômica e de relevância para Sociedade Brasileira.

Bibliografia Básica:

Araújo, Luiz Alberto David: Nunes Júnior, Vidal Serrano, Curso de Direito Constitucional, Saraiva;

Feuz, Paulo Sérgio, Direitos do Consumidor nos Contratos de Turismo, Edipro;

Melo Filho, Álvaro, Nova Lei Pelé: Avanços em Impactos - Editora Maquinária;

Melo Filho, Álvaro, Desporto: Na ordem Jurídico Constitucional Brasileira, Editora Malheiros;

Melo Filho, Álvaro, Desporto na Nova Constituição, Editora SAFE - Sérgio Antônio Fabbris.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Nelson Nery Júnior
Disciplina:	As ações constitucionais e os novos instrumentos de coletivização de demandas individuais
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00min às 23h00min
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa

O curso busca examinar as ações constitucionais e as modificações doutrinárias e jurisprudência acerca de seu uso para tutela jurisdicional dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Nessa perspectiva, serão objeto do curso tanto as ações de competência originária da jurisdição constitucional bem como os demais writs constitucionais. O estudo das ações terá como pano de fundo teórico o embate entre o ativismo judicial e a judicialização das questões políticas. Do mesmo modo, far-se-á a análise dos novos mecanismos de coletivização das demais individuais instituídos pelo CPC-2015, notadamente o Incidente de Assunção de Competência e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

Bibliografia Básica:

ABBOUD, Georges. Processo Constitucional Brasileiro, SP: RT, 2016.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do Processo na Constituição Federal, 12.ª ed., SP: RT, 2016.

NERY JUNIOR, Nelson e ANDRADE NERY, Rosa Maria. Código de Processo Civil Comentado, 16.ª ed., SP: RT, 2016.

_____. Constituição Federal Comentada, 5.ª ed., SP: RT, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Olavo de Oliveira Neto e Sérgio Seiji Shimura
Disciplina:	Aspectos Contemporâneos das Tutelas Provisórias
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O novo Código de Processo Civil prevê a existência de uma parte geral e de uma parte especial, sendo aquela destinada ao tratamento das estruturas básicas do processo, aplicáveis a todas as suas espécies. Inúmeras são as alterações existentes em cada instituto, procurando a novel legislação traçar perfis adequados a nossa atual realidade social. Mesmo uma análise perfunctória dos textos já permite ao interprete perceber que nossa nova legislação, a partir da sua entrada em vigor, promoveu um aggiornamento dos institutos processuais, concebidos e estudados sob a óptica da fase autonomista do direito processual, trazendo-os para uma realidade aderente a hodierna ideologia do processo, onde se busca prestar um processo de resultados. Diante de tal contexto e levando-se em conta o conteúdo dessa parte geral, a disciplina pretende realizar um estudo comparativo entre o antigo e o novo perfil das tutelas de urgência e de evidência, profundamente alteradas em sua estrutura e processamento.

Bibliografia

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual. São Paulo: Saraiva.

COMOGLIO, Luigi Paolo, FERRI, Corrado, TARUFFO, Michele. Lezione sul processo civile. Bologna: Il Mulino, 1995.

CARNELUTTI, Francesco. Sistema de Derecho Procesal Civil. Buenos Aires: Uteha Argentina, 1944.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

PUC-SP

CHIOVENDA Chiovenda, Instituições de Direito Processual. São Paulo: Saraiva, 1965.

DIVERSOS AUTORES. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense.

OLIVEIRA NETO, Olavo de, MEDEIROS NETO, Elias Marques, OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de. Curso de direito processual civil. São Paulo: Verbatim, 2015.

SHIMURA, Sergio Seiji. Arresto cautelar. São Paulo: RT.

SILVA, Ovídio Baptista da. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Tributação e Segurança Jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19:00 às 23:00 h
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

- Introdução crítica à ciência do direito tributário
- Sobre a definição do conceito de tributo: uma investigação semântica.
- Fontes do direito tributário
- Vigência, validade e interpretação da legislação tributária
- Sistema do direito e princípios tributários
- Imunidades tributárias
- Normas Gerais do Direito Tributário
- A regra-matriz de incidência: hipótese tributária e fato jurídico tributário.
- A regra-matriz de incidência: conseqüente tributária e fato jurídico tributário
- Lançamento e crédito tributário
- Extinção das obrigações tributárias
- Isenções tributárias

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário Linguagem e Método*. 6.ed. São Paulo: Noeses, 2015.

_____. *Curso de direito tributário*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

VILANOVA, Lourival. *Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo*. 4.ed. São Paulo: Noeses, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Lógica deôntico-jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O programa volta-se para o direito positivo, tomado como discurso lingüístico, procurando conhecer seu plano sintático. Firmada essa hipótese de trabalho, detém-se na investigação de suas estruturas formais. Está dividido em três partes: na **primeira**, o foco temático é a linguagem, suas funções, formas e tipos; na **segunda**, as preocupações estão voltadas para noções de lógica clássica, especialmente para o cálculo proposicional, travando breve contacto com a lógica modal alética, capítulo que serve de ponte para atingir-se a dimensão formal da linguagem prescritiva de condutas: a lógica modal deôntica. Há também, nesta segunda parte, conceitos básicos de "teoria das relações". Na **terceira**, o objetivo passa a ser a aplicação das categorias lógicas examinadas, tendo em vista a boa compreensão do sistema empírico do direito positivo. Na medida em que analisa o discurso normativo, com ênfase na instância sintática, o projeto se apresenta como uma contribuição para o estudo semiótica da linguagem jurídica, uma vez esclarecidos os domínios semânticos desta última expressão ("linguagem jurídica").

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário Linguagem e Método. 6ª ed. São Paulo: Noeses, 2015.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Derivação e Positivização no Direito Tributário. São Paulo: Noeses, 2011/2012.
- ECHAVE, Urquijo e Guiboug. Lógica, proposición y norma. Buenos Aires: Astrera, 1986.
- TOMÉ, Fabiana Del Padre. A prova no direito tributário. 3ª.ed. São Paulo: Noeses, 2011.
- VILANOVA, Lourival. Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo. 3ª.ed. São Paulo: Noeses, 2005.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Pedro Estevam Alves Pinto Serrano
Disciplina:	Teoria Geral do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso visa distinguir a concepção positivista-analítica de Kelsen, Bobbio e Hart das concepções discursivas de Dworkin e Alexy e outras correntes de pensamento no tocante a aplicação do direito ou de uma teoria da decisão judicial. O curso demonstrara como se deu a insatisfação teórica e axiológica contemporânea com a formulação positivista, que coloca fora do âmbito da ciência do direito a aplicação do direito por considera-la insuscetível de um saber racional (política jurídica em Kelsen, discricionariedade em Hart e antinomia real em Bobbio), que levou ao uso da teoria dos princípios e a teoria da argumentação jurídica como métodos para reduzir ou mesmo eliminar o âmbito de plurissignificação da norma face ao caso concreto, reduzindo ou eliminando a esfera de decisão subjetiva do aplicador da norma. O curso implicara tanto no estudo crítico das três concepções positivistas referidas como no da teoria dos princípios com a conseqüente relação entre direito e moral, bem como da teoria da argumentação jurídica. Serão também abordadas outras concepções alternativas do tema.

Bibliografia Básica:

- Kelsen, Hans. Teoria Pura do Direito, Editora Martins Fontes, SP 2006
- Bobbio, Norberto. Teoria Geral do Direito, Editora Martins Fontes, SP 2008
- Hart, Herbert. O Conceito de Direito, Editora Martins Fontes, SP 2009
- Alexy, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais, Malheiros Editores, SP 2008
- Dworkin, Ronald. Levando os Direitos a Sério, Ed. Martins Fontes, SP 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Pedro Estevam Alves Pinto Serrano
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - A igualdade como vetor de interpretação
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O valor "igualdade" deve estar presente nas mais diversas técnicas de interpretação, permeando o sistema. O curso pretende estudar os limites da igualdade material, a efetividade da igualdade formal diante da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional das pessoas com deficiência*. Corde, Brasília, 2011, 4ª. Edição, cópia gratuita no site: www.luizalbertodavidaraujo.com.br, menu freedownload.

SARLET, Ingo. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 3ª. Edição, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. WVA., 8ª. Edição, ampliada e revisada, 2010, Rio de Janeiro.

Sex, race and merit. Debating Affirmative Action in Education and Employment, FAYE J. CORSBY AND CHERYL VAN DE VEER, The University of Michigan Press. 2003.

WERNECK, Claudia. *Quem cabe no seu todos?* WVA, 1999, Rio de Janeiro.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor: Renato Lopes Becho e Isabela Bonfá de Jesus

Disciplina: Direito Processual Tributário II

Núcleo de Pesquisa: Direito Constitucional e Processual Tributário

Dia da semana: 2ª feira

Horário: 19h00 às 23h00

Semestre: 2º/2016

Créditos correspondentes: 04

Carga horária: 360 horas

Nível: Mestrado

Ementa:

A disciplina visa estimular e auxiliar o mestrando no conhecimento e na análise crítica do Direito Processual Tributário, em um ambiente de evolução do direito, inclusive quanto aos principais procedimentos disponíveis, bem como explorando as disposições do Código de Processo Civil de 2015, a partir da compreensão do sistema constitucional de proteção do cidadão e do contribuinte.

Bibliografia Básica:

BECHO, Renato Lopes. Filosofia do direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2009;

BECHO, Renato Lopes. Lições de direito tributário. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015;

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. São Paulo: Saraiva;

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2015;

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Renato Rua de Almeida
Disciplina:	Efetividade dos direitos fundamentais nas relações de trabalho
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Os direitos humanos adquiriram condição de direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 com eficácia assegurada e aplicação direta e vinculante às entidades públicas e privadas. Assim, a disciplina examinará a eficácia dos direitos fundamentais - de primeira e segunda geração ou dimensão - nas relações de trabalho. Para tanto, valer-se-á da constitucionalização do direito civil e da aplicação das cláusulas gerais às relações de trabalho. Metodologicamente, em razão da necessidade do exame do princípio da proporcionalidade na aplicação dos direitos fundamentais, serão examinadas de forma tópica as hipóteses de incidência dos direitos fundamentais no direito da personalidade, na revista íntima e pessoal, no monitoramento do uso de correio eletrônico e utilização de câmeras nos locais de trabalho, na cláusula de não-concorrência e pacto de permanência, na proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa e na despedida coletiva.

Bibliografia Básica:

Sarlet, Ingo Wolfgang, A eficácia dos direitos fundamentais, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora

Romita, Arion Sayão, Direitos fundamentais nas relações de trabalho, São Paulo, Editora Ltr. Ltda.

Abrantes, José Abrantes, Contrato de trabalho e direitos fundamentais, Coimbra, Coimbra Editora

Almeida, Renato Rua (org.), Direitos fundamentais aplicados ao direito do trabalho, São Paulo, Editora Ltr. Ltda.

Almeida, Renato Rua (org.) Direitos laborais inespecíficos, São Paulo, Editora Ltr. Ltda.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Ricardo Hasson Sayeg
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito Quântico
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina tem por objetivo propiciar a análise e pesquisa da equivalência entre as plurilateralidades das perspectivas jurídicas relacionadas, consubstanciadora de singularidades jurídicas, a partir da teoria física da relatividade, observada em conformidade com o princípio da complementaridade. Ou seja, pretende analisar o positivismo, o realismo e o jusnaturalismo, atualmente rerrotulado como direitos humanos, encarno na categoria jurídica da dignidade da pessoa humana, pela perspectiva quântica da singularidade, integrada pela complementariedade de N. Bohr. Eis que, cada uma corresponde a um olhar, bem lançado e elaborado, juridicamente consistente, contudo parcial.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. Locke e o direito natural. Brasília: UnB, 1997.

DE CICCIO, Cláudio. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. 7 Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

EINSTEIN, Albert; INFELD, Leopold. Evolução da física. São Paulo: Zahar, 2008.

FERRAZ JR. Tércio Sampaio. Estudos de Filosofia do Direito. 3 Ed. Atlas, 2009.

FERRAZ JR. Tércio Sampaio. Novos Caminhos do Direito no Século XXI: Uma Homenagem a Celso Lafer. 2 Ed. Juruá, 2013.

REALE, Miguel. Filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2008.

SAYEG, Ricardo Hasson, e BALERA, Wagner. Capitalismo Humanista. Rio de Janeiro: KBR, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Roberto Baptista Dias da Silva
Disciplina:	Teoria dos Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem por objetivo o estudo de diferentes aspectos da teoria dos direitos fundamentais, analisando criticamente questões como a distinção entre princípios e regras, a interpretação, a eficácia, o conteúdo essencial, as restrições e a possibilidade de renúncia a tais direitos. Também serão discutidos os temas da dignidade da pessoa humana, do mínimo existencial, da reserva do possível, da proibição do retrocesso e da exigibilidade judicial dos direitos fundamentais. A intenção não é examinar os direitos fundamentais em espécie, conforme previstos na Constituição, mas permitir que o aluno encontre as ferramentas necessárias à solução dos problemas advindos da aplicação dos direitos fundamentais, partindo da reflexão sobre sua estrutura normativa, interpretação, eficácia, limites, bem como sobre as formas para a resolução das colisões entre eles e a sua exigibilidade judicial.

Bibliografia Básica:

Abramovich, Víctor & Courtis, Christian. Los derechos sociales como derechos exigibles. Madrid: Trotta, 2002.

Alexy, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2008.

Novais, Jorge Reis. Direitos fundamentais: trunfos contra a maioria. Coimbra: Coimbra, 2006.

Silva, Virgílio Afonso da. Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia. São Paulo: Malheiros, 2009.

Vieira de Andrade, José Carlos. Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2006.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Robson Maia Lins
Disciplina:	Direito Tributário Sancionatório e o Constructivismo Lógico-Semântico
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Direito Tributário Sancionatório e o constructivismo lógico-semântico - o cerco da linguagem e a incidência das normas jurídicas sancionatórias 2) Teoria do ordenamento e da norma jurídica e as infrações e sanções tributárias. 3. Direito Tributário, Direito Penal e Direito Tributário Sancionatório: categorias de Teoria Geral do Direito comuns. 4. Os princípios constitucionais tributários e as sanções tributárias . 5. Evento, prova, fato e relação jurídica sancionatória: a questão da incidência. 6. As regras-matrizes de incidência tributária das multas tributárias. 7. As multas tributárias: estrutura e função. 8. Multas tributárias na importação. 9. Denúncia espontânea e as multas tributárias. 10. Descumprimento de deveres instrumentais tributários e as multas tributárias. 11. Qualificação e agravamento das multas tributárias e o art. 136, CTN.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Aurora Tomazini de. Curso de Teoria Geral do Direito. São Paulo: Noeses, 2015;

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. Saraiva, 2015;

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: RT, 2009;;

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. O Problema Fundamental do Conhecimento. Porto Alegre: Globo, 1937;

VILANOVA, Lourival. Causalidade e Relação no Direito. São Paulo: RT, 2002.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Roque Antonio Carrazza
Disciplina:	Tributos em espécie
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A pesquisa girará em torno dos tributos em espécie (imposto sobre a renda, IPI, ICMS, IPTU, ISS, contribuições, taxas etc.), ao lume dos princípios constitucionais tributários. A pesquisa será conduzida de acordo com as diretrizes da Escola de Direito Tributário da PUC/SP, seguindo a linha de pensamento do saudoso Mestre Geraldo Ataliba, que vem sendo aprofundada na nossa produção científica.

Bibliografia Básica:

- 1) Roque Antonio Carrazza - Curso de Direito Constitucional Tributário (Malheiros Editores, São Paulo, 30ª ed., 2015).
- 2) Paulo de Barros Carvalho - Curso de Direito Tributário (Saraiva, São Paulo, 18ª ed., 2007).
- 3) Geraldo Ataliba - Hipótese de Incidência Tributária (Malheiros Editores, São Paulo, 6ª edição, 9ª tiragem, 2008).
- 4) Aliomar Baleeiro - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar (atualizada por Mizabel Derzi, Forense, Rio de Janeiro, 7ª edição, 1997).
- 5) Renato Lopes Becho - Lições de Direito Tributário (Saraiva, São Paulo, 3ª ed., 2015)



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Rosa Maria Barreto B. Andrade Nery e Mairan Goncalves Maia Junior
Disciplina:	Os direitos de humanidade e sua tutela civil na sociedade contemporânea
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Sistema de Direito Privado - Liberdade e responsabilidade;
Direito de humanidade: uma disciplina do direito civil que ultrapassa os limites do CC 11 a 21;
Direito de personalidade (rectius: direito de humanidade): precisão conceitual a partir do objeto dessa disciplina;
Direito de personalidade (rectius: direito de humanidade): precisão conceitual a partir de seu objeto;
Os bens objetos do direito de humanidade;
O direito de personalidade e a identidade genética. As técnicas de reprodução assistida e a seleção genética;
Os direitos de personalidade e as situações jurídicas dos embriões e nascituros;
O fim da personalidade e a titularidade de certas posições jurídicas de vantagem e de desvantagem alusivas à vida civil de quem já não existe;
Os direitos de personalidade e o direito à imagem;
Privacidade e mídia contemporânea: existe um núcleo indevassável de segredo titularizado pela pessoa? (biografias não autorizadas, direito de imagem, direito de informação, livre expressão do pensamento, direito ao esquecimento);
Proteção de dados;
A tutela dos direitos da personalidade;
Como o novo processo civil pode servir à tutela do direito de humanidade;
Negócios jurídicos processuais e tutela arbitral: possibilidade de servir como forma de tutela de direito de humanidade?;
Indenizabilidade dos danos causados aos bens da natureza humana: quantificação argentária;



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Análise Econômica do Direito: como a dogmática civil do direito de humanidade pode contribuir para atender ao anseio de bem estar da sociedade?;

- Crítica metodológica dos docentes sobre a confecção do trabalho final, à vista dos escritos efetivamente já elaborados pelos alunos

Bibliografia Básica:

CANARIS, Claus-Wilhelm. Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito, 2.^a ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996

JEULAND, Emmanuel. Essai sur la substitution de personne dans un rapport d'obligation, L.G.D.J: Paris, 1999

LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito, 3.^a ed., trad. José Lamego, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997

MAIA JR. Mairan Gonçalves. A representação no negócio jurídico, 2 a. ed., RT, 2004

MAIA JR. , Mairan Gonçalves. A família e a questão patrimonial, São Paulo: RT, 2015

MORAES, Walter - Concepção tomista de pessoa: um contributo ao direito de personalidade, RT 300

NERY JUNIOR, Nelson e ANDRADE NERY, Rosa Maria. Instituições de direito civil, v. 1 t. I e II ; v. 2 ; v. 3 ; v. 5, SP : RT, 2015

Souza, Andréa Santos, Parâmetros éticos em Paul Ricouer, Letras do Pensamento: São Paulo, 2013, pp. 55 a 81

TRABUCCHI, Alberto. Istituzioni di diritto civile. 45.^a ed. (sob os cuidados de Giuseppe Trabucchi), Padova: Cedam, 2012.

Wieacker. Franz. História do Direito Privado Moderno, Trad. A.M. Botelho Hespanha, 2.^a. Ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Sérgio Seiji Shimura e Anselmo Prieto Alvarez
Disciplina:	Efetividade dos provimentos executivos
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Análise da estrutura processual e procedimental, no que concerne à concretização da providência jurisdicional, de acordo com o regime implantado pelo CPC/2015. Abordagem da função jurisdicional, seja quanto à declaração e ao reconhecimento da lesão à ordem jurídica, seja no concernente à materialização do direito, sob a vertente dogmática e jurisprudencial, frente à nova sistemática trazida pelo CPC/2015. Exame da tutela executiva em suas diversas formas de manifestações, notadamente daquela que transforma o comando jurisdicional em efetiva satisfação do direito da parte, pelo cumprimento de sentença ou pela ação de execução de título extrajudicial, considerando a perspectiva do CPC/2015.

Bibliografia

ASSIS, Araken de - Manual do processo de execução, RT

NERY JÚNIOR, Nelson - Princípios do processo civil na Constituição Federal, RT

SHIMURA, Sérgio. Título executivo, Ed. Método

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil, RT, 2015

OLIVEIRA NETO, Olavo de; MEDEIROS NETO, Elias Marques de; OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de. Curso de Direito Processual Civil, vol. 1, Parte Geral, Ed. Verbatim, 2015.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; CONCEIÇÃO, Maria Lucia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogério Licastro Torres de.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

"Primeiros comentários ao Novo CPC/2015 - Artigo por artigo", São Paulo: RT, 2015.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogério Licastro Torres de. Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil, RT, 2015

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR. Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil, RT, 2015

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogério Licastro Torres de. Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil, RT, 2015.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Silvio Luís Ferreira da Rocha
Disciplina:	Teoria Geral Contemporânea dos Contratos Administrativos
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Dentro do Projeto de Pesquisa "Formas contemporâneas de Atuação da Administração Pública e seu impacto nas atividades de fomento, serviço público, intervenção e controle" vinculado à Linha de Pesquisa "Efetividade do Direito Público e Limitação da Atividade Estatal" será ministrada a disciplina "Teoria Geral Contemporânea dos Contratos Administrativos" com o propósito de discutir o papel contemporâneo dos contratos administrativos na Administração Pública.

Bibliografia Básica:

CASSAGNE, Juan Carlos e outro. La contratación Pública, Hammurabi, José Luis Depalma Editor, volume 1.

ESTORNINHO, Maria João. Requiem pelo Contrato Administrativo. Livraria Almedina, Coimbra.

_____ Direito Europeu dos Contratos Públicos. Livraria Almedina, Coimbra.

JÉZE Gaston. Principios Generales Del Derecho Administrativo, vol. IV, Editora Depalma, Buenos Aires.

RICHER, Laurent. Droit des Contrats Administratifs, 8ª edição, L.G.D.J.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito.
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Em sede de teoria geral do direito, a positivação do direito, ocorrida no século XIX, gerou, no século XX, um conceito de ordenamento visto como sistema. Mesmo a admissão de direitos fundamentais engendrou uma forte concepção sistemática de estrutura hierárquica de normas. O conceito positivado do direito como um sistema de regras sofreu, porém, uma série de perturbações em face do fenômeno da globalização. Argumenta-se que a positivação de princípios que refletem uma determinada moralidade política da comunidade exige do aplicador do direito não somente um exercício de subsunção de casos a regras ou o recurso à discricionariedade (nos casos de indeterminação), mas uma atividade argumentativa diversificada. Na virada do século XX, ganhou peso uma concepção do direito como uma prática interpretativa e argumentativa, na qual o ordenamento se constrói a partir de uma apreciação e oposição de argumentos sobre aspectos (relevantes) de casos concretos. O curso pretende indagar das conseqüências dessa transformação para a sistematicidade das regras jurídicas; em particular, em vista da estabilidade do corpo de regras e mesmo para a possibilidade de pensá-lo como um sistema escalonado de elementos normativos. O tema da relevância, em sede pragmática, aponta para uma pluralidade estrutural a ser enfrentada sob o prisma de sua possível racionalidade. O curso pretende, assim, discutir a idéia do ordenamento como um sistema normativo, ainda que instável e constantemente sujeito à perturbação pela atividade de interpretação argumentativa, com base em casos concretos.

Valer-se-á, metodicamente, de exposição teórica e seminários



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Bibliografia Básica:

KELSEN, Reine Rechtslehre, Viena, 1960 (trad. portuguesa: *Teoria pura do direito*).

REALE, Miguel: *Experiência e cultura*, 1977.

VIEHWEG, Theodor: *Topik und Jurisprudenz* (trad. bras.: *Tópica e jurisprudência*).

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 6ª ed. Brasília: UnB, 1995.

CASTANHEIRA NEVES, *O atual problema metodológico da interpretação jurídica*, Coimbra, 2003.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Teresa Arruda Alvim Wambier, Cassio Scarpinella Bueno e William Santos Ferreira
Disciplina:	Recursos no novo Código de Processo Civil e outras formas de impugnação da decisão judicial
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	4 ^{as} e 5 ^{as} feiras (quinzenalmente)
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso visa a proporcionar o conhecimento e a análise crítica do sistema recursal brasileiro, tal como disciplinado pelo novo CPC. A diminuição das hipóteses de cabimento dos recursos ordinários, bem como a significativa alteração dos recursos de estrito direito serão estudadas sob a perspectiva de se ter um processo mais eficiente. Também serão estudadas a ação rescisória, a anulatória e a reclamação, como forma de impugnação da decisão do juiz.

Bibliografia:

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Editora Forense.

NERY JUNIOR, Nelson. Teoria Geral dos Recursos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. Manual de Direito Processual Civil. 2. ed. São Paulo: Saraiva.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Embargos de declaração e omissão do juiz. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

_____; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogerio Licastro Torres de. Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Aulas Quinzenais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim
Disciplina:	Tutelas Provisórias de Urgência e de Evidência no Novo Código de Processo Civil, com enfoque na Estabilização
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Dentre as principais modificações implementadas pela Lei 13.105/2015 – o Novo Código de Processo Civil – sobressaem aquelas atinentes às denominadas tutelas de urgência. Com efeito, ao lado de modificar a nomenclatura das tutelas de urgência, o Novo CPC veio ainda a modificar o procedimento relativos a tais modalidades de tutela. Ao lado disso, permitiu a concessão da denominada tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente. Nesse último caso, uma vez concedida a tutela e não havendo interposição de recurso pelo réu, fala-se na possibilidade de estabilização da tutela antecipada. A ideia da presente disciplina, pois, é analisar mencionadas modalidades de tutela provisórias, bem como investigar em que medida tais pronunciamentos irão impactar no dia a dia forense.

Bibliografia

- ALVIM, Thereza. *O direito processual de estar em juízo*. São Paulo: RT, 1996.
- ARRUDA ALVIM. *Direito processual civil – Teoria geral do processo de conhecimento*. São Paulo: RT, 1972.
- ARRUDA ALVIM, Eduardo. *Direito processual civil*. 5.ª ed. São Paulo: RT, 2014.
- _____. *Antecipação da tutela*. Curitiba: Juruá, 2007.
- CABRAL, Antônio do Passo. *Coisa julgada e preclusões dinâmicas*. 2.ª ed. Salvador: JusPodivm, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Vidal Serrano Nunes Júnior
Disciplina:	Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A constitucionalização dos Direitos Fundamentais tem por objetivo precípuo retirar a tangibilidade desses direitos da esfera de disponibilidade do poder político, fazendo da jurisdição constitucional o mecanismo contramajoritário destinado a sua proteção. A idéia do curso é estudar os diversos aspectos da jurisdição constitucional, especialmente, suas interfaces com a defesa dos Direitos Fundamentais.

Bibliografia Básica:

BARROSO, Luís Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. São Paulo/6ª edição. Editora Saraiva.

MENDES, Gilmar. Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade. São Paulo/4ª edição. Ed. Saraiva.

MORAIS, Carlos Blanco de. Justiça Constitucional. Coimbra: Coimbra, 2005.

NUNES JR, Vidal Serrano. A Cidadania Social na Constituição de 1988. São Paulo/2009. Editora Verbatim.

____ & DAVID ARAUJO, Luiz Alberto. Curso de Direito Constitucional. São Paulo/20ª edição. Editora Verbatim.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Wagner Balera e Miguel Horvath Junior
Disciplina:	A Efetividade dos Benefícios Previdenciários no Sistema de Seguridade Social - Direito Previdenciário I
Núcleo de Pesquisa:	Direito Previdenciário
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O direito à seguridade social compreende um conjunto integrado de ações e prestações. Dentre estas, destacam-se os benefícios, reveladores do conteúdo principal do Estado de Previdência. O curso pretende demonstrar, a partir do marco constitucional dos princípios da seguridade social, que tais prestações, a seu modo, conferem efetividade aos direitos sociais.

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner, *Sistema de Seguridade Social*, LTr, São Paulo: 7ª edição.

DURAND, Paul. *La política Contemporânea de Seguridad Social*, Ministério Del trabajo e seguridad social. Estaña, 1991.

PERSIANI, Mattia. *Direito da Previdência Social*, tradução coordenada por Wagner Balera. Quartier Latin, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

Nome do Professor:	Wagner Balera
Disciplina:	Direitos Humanos
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Humanos
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Os Direitos Humanos encarnam a reflexão ética essencial dos sistemas jurídicos contemporâneos. Suma de valores que se infiltram nos textos do direito positivo, interessa perquirir sobre as particularidades das distintas correntes filosóficas na respectiva relação com os Direitos Humanos. O curso pretende propor que, a partir da abordagem axiológica, o aluno integre os saberes particulares a que irá se dedicar ao universo cultural dos Direitos Humanos.

Bibliografia Básica:

Comentários à Declaração Universal dos Direitos Humanos, Coordenação Wagner Balera, Conceito Editora;

Definição Filosófica da Pessoa Humana, Baptista Mondin, Bauru, Edusc, 2ª edição, 1998.

Os Direitos do Homem e o Homem sem Direitos, Alceu Amoroso Lima.

Teoria general de los derechos humanos, German J. Bidart Campos, Buenos Aires, Astrea, 1991.

Os direitos do homem e a lei natural, Jacques Maritain, Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Filosofia Humanista do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Humanismo Antigo: Cosmocêntrico. Concepções filosóficas e jurídicas dos pré-socráticos, sofistas, da Escola de Atenas, cínicos, atomistas, epicuristas e estóicos. 2. Humanismo Medieval: Teocêntrico. Concepções filosóficas e jurídicas de Santo Agostinho, Santo Tomás e Guilherme de Ockham: A querela sobre a pobreza franciscana. 3. Humanismo Moderno: Antropocêntrico. Concepções filosóficas e jurídicas de Thomas Hobbes, Giambattista Vico, John Locke, Rousseau, Kant e Hegel. 4. O Anti-Humanismo Contemporâneo. Concepções filosóficas e jurídicas de Nietzsche, Heidegger, Kelsen, Baudrillard, Foucault e Luhmann. 5. Humanismo Contemporâneo: Concepções filosóficas e jurídicas de Marx (comunismo), Sartre (existencialismo), Maritain (neotomismo). 6. Crises do capitalismo. Capitalismo flexível e perspectivas de humanização: Doutrina do Capitalismo Humanista em Direito Econômico.

Bibliografia Básica:

- BALERA, Wagner; SAYEG, Ricardo H. O Capitalismo Humanista. São Paulo: KBR, 2011.
- BIELEFELDT, Heiner. Filosofia dos direitos humanos: fundamentos de um ethos de liberdade universal. Tradução de DankwartBernsmüller. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.
- DOUZINAS, Costas. O Fim dos Direitos Humanos. Trad. Luzia Araújo. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.
- GUERRA FILHO, Willis S./CANTARINI, Paola. Teoria Poética do Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- MARITAIN, Jacques. Humanismo Integral, Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1945.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina:	Filosofia do Direito II - Filosofia do Estado
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1.Noções proteiformes do Estado: gênese da sociabilidade. 2. Precusores do Pensamento Político na Antiguidade. 3. (Cont.) Na Idade Média. 4. (Cont.) No Renascimento. 5. Clássicos do Pensamento Político na modernidade. 6. O Estado na Sociedade Mundial: o problema da autominunidade.

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner; SAYEG, Ricardo H. O Capitalismo Humanista. São Paulo: KBR, 2011.

GUERRA FILHO, Willis S./CARNIO, Henrique Garbellini. Introdução à Sociologia do Direito, São Paulo: RT, 2016.

GUERRA FILHO, Willis S./CARNIO, Henrique Garbellini. Teoria Política do Direito, São Paulo: RT, 2014.

GUERRA FILHO, Willis S. Immunological Theory of Law, Saarbrücken: Lambert, 2014.

GUERRA FILHO, Willis S. (Coord.). Alternativas Poético-Políticas ao Direito, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.